

ENTE: Muniz Freire

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Muniz Freire

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONTROLE INTERNO								
Nível de Estruturação do CI	Quantidade Total de Servidores do CI	Quantidade Servidores Efetivos do CI	Quantidade Servidores Contadores do CI	Normas Internas Gestão Orçamentária [Leg 1]	Normas Internas Gestão Financeiras [Leg 1]	Normas Internas Gestão Patrimonial [Leg 1]	Normas Internas Gestão Fiscal [Leg 1]	Normas Internas Escrituração e Demonstrações Contábeis [Leg 1]
Unidade Central	830	365	1	2	2	2	2	2

Leg 1:  
1 - Existem somente os normativos;  
2 - Existem normativos e fluxos desenhados;  
3 - Existem normativos, fluxos e são de amplo conhecimento de toda a administração envolvida no Processo;  
4 - Não existem normas internas definidas no âmbito desta temática.

INFORMAÇÕES GERAIS DA UG						
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Responsável	Último Exercício Avaliado pelo CI	Opinião do CI sobre os Procedimentos Aplicados da UG	Fato relevante relatado no RELACI - ciência TCEES	Assunto principal - fato relevante relatado no RELACI
050E0700001	Unidade Central			Não foi emitida opinião	Não	

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]

Leg 2:  
1 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções  
2 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhorias do controle  
3 - Procedimento aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções.

**ENTE: Muniz Freire****UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Muniz Freire****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2022**

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS REALIZADAS									
Unidade Gestora Avaliada	Tipo de Tomada de Contas Especial	Processo Administrativo TCE	Data Evento/Ciência pela Autoridade Competente	Data de Instauração da TCE	Data de Envio da TCE ao TCEES	Fato Motivador da TCE [Leg 3]	Valor Original do Débito	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - não encaminhadas ao TCEES [Leg 4]	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - encaminhadas ao TCEES [Leg 5]
050E0700001	Determinada pelo TCEES	3627/2015	17/02/2016	17/03/2016	17/06/2016	3	932385,38	2	
050E0700001	Determinada pelo TCEES	915/2019	02/03/2017	02/04/2017	02/07/2017	3	795968,02	2	
050E0700001	Determinada pelo TCEES	5162/2017	21/07/2017	21/08/2017	20/11/2017	3	608913,85	2	
050E0700001	Determinada pelo TCEES	8694/2019	22/05/2019	21/05/2019	22/08/2019	3	3066221,40	2	
050E0700001	Determinada pelo TCEES	3117/2021	11/02/2022	10/03/2022	11/06/2022	3	613625,46	2	

**Leg 3:**

- 1 - Omissão no dever de prestar contas ou a não comprovação da correta aplicação de recursos repassados mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere;
- 2 - Ocorrência de desfalque, alcance, desvio, desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos;
- 3 - Ocorrência de extravio, perda, subtração ou deterioração culposa ou dolosa de valores e bens;
- 4 - Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;
- 5 - Concessão irregular de quaisquer benefícios fiscais ou de renúncia de receitas de que resulte dano ao erário.

**Leg 4:**

- 1 - Aguardando o início da instrução;
- 2 - Em instrução dentro do prazo;
- 3 - Em instrução fora do prazo;
- 4 - Finalizada – Dispensado o encaminhamento ao TCEES – art. 9º, IN 32/2014;
- 5 - Finalizada - Arquivada antes do encaminhamento ao TCEES – art. 10, IN 32/2014;

**Leg 5:**

- 1 - Finalizada - Aguardando deliberação do TCEES;
- 2 - Com decisão do TCEES pela condenação ao ressarcimento / Sem baixa da responsabilidade pelo débito;
- 3 - Com decisão do TCEES pela baixa da responsabilidade pelo débito – art. 20, da IN 32/2014);
- 4 - Em complementação de informações, após retorno determinado pelo TCEES – art. 15, IN 32/2014.